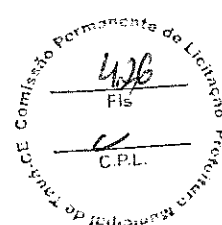




MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



AUTORIZAÇÃO

À Pregoeira

Os Ordenadores de Despesa da Fundação Escola de Gestão Pública e Qualificação de Pessoas; Secretaria da Educação; Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas; Secretaria de Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos; Fundação de Desenvolvimento Econômico e Fomento às Atividades Produtivas Locais; Procuradoria Geral do Município; Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer; Secretaria de Segurança Cidadã; Secretaria de Esportes; Secretaria de Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos; Secretaria de Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico Tecnológico, Científico e Empreendedorismo; Superintendência do Meio Ambiente; Secretaria de Políticas da Mulher, Juventude, Idoso, Drogas e Família, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, cumpridas as formalidades previstas no artigo 38, *caput*, da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, autoriza a publicação do Pregão Eletrônico nº **09.02.001/2023-GM**, no qual objeto é a **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO E ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ/CE.**

Portanto, constatado o atendimento a legislação específica, **AUTORIZO** a abertura do processo licitatório na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO** para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme as condições do Edital em anexo.

Tauá - CE, 12 de julho de 2023.

Tarsis Cavalcante Mota
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Infraestrutura, Conservação e Serviços
Públicos
ÓRGÃO GERENCIADOR

Francisca Jovelina de Lima Dias
Ordenadora de Despesas da Secretaria do
Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos,
Meio Ambiente e Sustentabilidade
ÓRGÃO PARTICIPANTE

Danilo Alves Gonçalves dos Reis
Ordenador de Despesas da Fundação Escola
de Gestão Pública e Qualificação de Pessoas;
Secretaria de Gestão Organizativa e de
Pessoas; Fundação de Desenvolvimento
Econômico e Fomento às Atividades
Produtivas Locais; do Procuradoria Geral do
Município
ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Márcia Maria Noronha Lima
Ordenadora de Despesas da Secretaria do
Trabalho, Desenvolvimento Econômico
Tecnológico, Científico e Empreendedorismo
ÓRGÃO PARTICIPANTE



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



Walisson Silva Gomes
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Cultura, Turismo e Lazer; Secretaria de
Esportes; Secretaria de Políticas da Mulher,
Juventude, Idoso, Drogas e Família

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Alfredo Alves Bezerra
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Segurança Cidadã

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

José Elson Gomes Bezerra
Ordenador de Despesas da Superintendência
do Meio Ambiente

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

José Eronilson Alexandrino Souza
Ordenador de Despesas da Secretaria da
Educação

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Adriano Lima Marinho
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos

ÓRGÃO PARTICIPANTE



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.07.001/2023-GM
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.07.001/2023-GM**

O **MUNICÍPIO DE TAUÁ – CEARÁ** torna público que promoverá licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital. A presente licitação será processada conforme as disposições da Constituição Federal em seus artigos 37, inciso XXI, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 0121002/2019, de 21 de janeiro de 2019 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, bem como pelas normas contidas neste Edital e seus anexos, que dele fazem parte integrante, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na legislação específica do objeto licitado

1. **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO POR LOTE.
2. **MODO DE DISPUTA:** ABERTO.
3. **DA FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO, DE ACORDO COM A DEMANDA.
4. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO E ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ/CE, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência.

5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

5.1. O edital está disponível gratuitamente na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Tauá, situada na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, S/N, Bairro Tauazinho, Tauá/CE. CEP: 63.660-000 (Prédio do Centro Administrativo, em frente à Escola Júlio Rego), no Portal de Licitações dos Municípios, no site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará-TCE (<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas>), e na plataforma de licitações eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadoria (www.novobbmnet.com.br)

5.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMnet, no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:

- 6.1. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 14 de julho de 2023, às 17h30min;
- 6.2. **FINAL DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 26 de julho de 2023, às 07h30min;
- 6.3. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 26 de julho de 2023, às 08h00min;
- 6.4. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 26 de julho de 2023, às 09h00min;

6.5. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (vinte e quatro horas) a contar da respectiva data.

7. Neste Edital serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados, conforme abaixo:

- a) **LICITAÇÃO:** O procedimento de que trata o presente edital;

[Handwritten signatures and initials]



- b) **LICITANTE:** Pessoa jurídica que participa desta licitação;
- c) **HABILITAÇÃO:** Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;
- d) **ADJUDICATÁRIA:** Pessoa jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;
- e) **CONTRATANTE:** O Município de Tauá que é signatário do instrumento contratual;
- f) **CONTRATADA:** Pessoa jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do contrato com a Administração Pública;
- g) **PREGOEIRO:** Servidor ou nomeado, designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio e recebimento de impugnação ao edital e recursos contra seus atos;
- h) **EQUIPE DE APOIO:** Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 servidores que prestarão a necessária assistência o Pregoeiro durante a realização do pregão;
- i) **AUTORIDADE SUPERIOR:** É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do Pregoeiro, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação por meio eletrônico e promover a celebração do contrato;
- j) **PMT:** Prefeitura Municipal de Tauá;
- k) **DOE:** Diário Oficial do Estado;
- l) **DOU:** Diário Oficial da União;
- m) **ÓRGÃO PROVEDOR DO SISTEMA:** Bolsa Brasileira de Mercadorias.

8. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Responder às questões formuladas pelos proponentes, relativas ao certame;
- b) Conduzir a sessão pública na internet;
- c) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- d) Dirigir a etapa de lances;
- e) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- g) Indicar o vencedor do certame;
- h) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- i) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) Encaminhar o processo devidamente instruído ao ordenador de despesa da unidade administrativa gestora e propor a homologação.

9. DO ENDEREÇO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

9.1. Setor de Licitações, situada na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, S/N, Bairro Tauazinho, Tauá/CE. CEP: 63.660-000 (Prédio do Centro Administrativo, em frente à Escola Júlio Rego).

9.2. Conter no anverso do envelope o nome do pregoeiro, número do pregão e o nome do órgão

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos do(s) órgão(s) / entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços), a ser informada

[Handwritten signatures and initials]



quando da lavratura do instrumento de contrato.

11. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1. Caberá a **Secretaria de Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos** o gerenciamento da Ata de Registro de Preços, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

11.2. Órgãos Participantes:

- a) Fundação Escola de Gestão Pública e Qualificação de Pessoas;
- b) Secretaria da Educação;
- c) Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas;
- d) Fundação de Desenvolvimento Econômico e Fomento às Atividades Produtivas Locais;
- e) Procuradoria Geral do Município;
- f) Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer; Secretaria de
- g) Segurança Cidadã;
- h) Secretaria de Esportes;
- i) Secretaria de Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos;
- j) Secretaria de Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- k) Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico Tecnológico, Científico e Empreendedorismo;
- l) Superintendência do Meio Ambiente
- m) Secretaria de Políticas da Mulher, Juventude, Idoso, Drogas e Família

12. DA PARTICIPAÇÃO

12.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto desta licitação.

12.2. A respeito do custo de operacionalização do sistema:

12.2.1. O Custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do Sistema Eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.

12.3. Licitantes devidamente cadastrados junto à Bolsa Brasileira de Mercadorias.

12.4. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão diretamente até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

12.5. Para as microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Federal nº 123/2006, deverão declarar no sistema "www.novobbmnet.com.br" para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto em Lei.

12.6. A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretroatável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições.

12.7. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente à inscrição e Credenciamento do licitante até o limite de horário previsto.

12.8. É vedada a participação nos seguintes casos:

Handwritten signatures and initials:
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z



- 12.8.1. Empresa cuja falência haja sido decretada, sem que tenha sido legalmente reabilitada.
- 12.8.2. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 12.8.3. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública.
- 12.8.4. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.
- 12.8.5. Licitante que incorra em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 9º, caput e incisos, da Lei nº 8.666/1993, ou seja:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I- o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III- servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

- 12.8.6. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.
- 12.8.7. Cujo estatuto ou contrato social, não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame.

13. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E PARTICIPAÇÃO

13.1. As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa Brasileira de Mercadorias ou pela própria Bolsa Brasileira de Mercadorias, atribuindo poderes para formular/ assistir lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: (www.novobmmnet.com.br).

13.2. A participação do licitante no Pregão Eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pela BBM, que deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

13.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

13.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Brasileira de Mercadorias.

13.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

13.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

13.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

13.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública

[Handwritten signatures and initials]



do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

13.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma corretora de mercadorias associada a Bolsa Brasileira de Mercadorias ou pelo telefone: São Paulo-SP (11) 3293-0700. A relação completa das corretoras de mercadorias vinculadas a Bolsa Brasileira de Mercadorias poderá ser obtida no site (www.novobmnet.com.br), acesso corretoras.

14. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

14.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

14.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

14.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

14.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

14.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

14.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

15. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

15.1. A Proposta de Preços, **sob pena de desclassificação**, deverá ser enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **SEM A IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR** (vedada, inclusive, a inclusão de endereço, telefone e outras informações que possam de qualquer modo identificar o licitante), caracterizando o produto proposto no campo discriminado, contemplando todos os itens, em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I do Edital, a qual conterá:

15.1.1. A modalidade e o número da licitação;

15.1.2. Endereçamento ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Tauá-CE;

15.1.3. Prazo de validade da Proposta de Preços não inferior a 60 (sessenta) dias;

15.1.4. Os itens cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital;

15.1.5. Declaração da licitante que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o objeto licitado, inclusive a margem de lucro;

15.1.6. Declaração de que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).



15.2. O encaminhamento de Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.

15.2.1. A licitante deverá encaminhar anexo no sistema, sua CARTA PROPOSTA PREÇOS, através da opção FICHA TÉCNICA, em arquivos no formato Zipfile (zip). O nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Anexo, ex.: Anexo1.zip, e o tamanho de cada arquivo não poderá exceder a 500Kb.

15.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

15.3.1. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado;

15.3.2. Nos preços já deverão estar incluídas as remunerações, os encargos sociais, tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a contratação, inclusive a margem de lucro, não cabendo nenhum outro ônus que não o valor estipulado na referida Proposta de Preços;

15.3.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

15.3.4. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo a Pregoeiro proceder às correções necessárias.

15.3.5. Não serão adjudicadas Propostas de Preços com valores superiores à média dos preços unitários e totais estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no Termo de Referência.

15.3.6. Na análise das Propostas de Preços a Pregoeiro observará o MENOR PREÇO POR LOTE, expresso em reais.

15.4. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.

15.4.1. A Carta Proposta deve contemplar o quantitativo do item em sua totalidade conforme licitado.

15.5. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme artigo 6º da Lei nº. 10.520/2002. Caso a licitante não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

15.6. A apresentação da Proposta de Preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos serviços e as condições de participação, competição, julgamento e formalização do contrato, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93.

15.7. Somente serão aceitas Propostas de Preços elaboradas e enviadas através do sistema, inclusive quanto aos seus anexos, não sendo admitido o recebimento pelo pregoeiro de qualquer outro documento, nem permitido ao licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao Pregoeiro por meio do sistema.

15.8. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item.

16. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

16.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço e dos documentos de habilitação, terá início a sessão pública do pregão

[Handwritten signatures and marks]



eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

16.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

16.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

16.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

16.4.1. intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

16.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

16.6. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados erroneamente ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

16.7. Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances, não será aceito pedido de desclassificação do licitante para o item/lote alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer outro equívoco da mesma natureza. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.

16.8. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

16.9. Estarão excluídos da aplicação das penalidades previstas no item 14.8, quando a desistência for decorrente de "caso fortuito" ou "força maior". Na hipótese de incidência do caso é garantida a defesa prévia.

16.10. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

16.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

16.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

16.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

16.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

16.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de

[Handwritten signatures and initials]



lances, em prol da consecução do melhor preço.

16.16. No caso de desconexão com a Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

16.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

16.18. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI.

16.18.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

16.18.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

16.18.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

16.19. O sistema informará a proposta de menor preço (ou a melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

16.20. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa a Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

16.21. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

16.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

16.23. O sistema informará a proposta de menor preço (ou a melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

16.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

16.25. Havendo empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **CONTRAPROPOSTA** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

16.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



16.29. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

16.30. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.31. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

16.32. ATENÇÃO: Após a etapa competitiva (etapa de lances) e de aceitação da proposta, a Pregoeiro irá solicitar do licitante mais bem classificado que **REESPECIFIQUE SEU PREÇO**. O sistema disponibilizará ao referido licitante, na barra de tarefas, um "botão" cuja denominação é **REESPECIFICAR PREÇO**. O licitante deverá clicar nessa função, ajustar seu(s) preço(s) unitário(s) ao valor negociado, e concluir a etapa.

16.33. O licitante deverá providenciar o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou valor negociado, no prazo de até **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do pregoeiro.

16.34. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.1.1. Consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

17.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

17.1.3. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência, no sítio (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

17.1.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, no sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

17.1.4.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.1.4.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

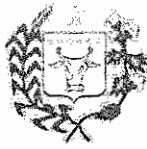
17.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consiste em:

17.2.1. CÉDULA DE IDENTIDADE do responsável legal.

17.2.2. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

17.2.3. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL em vigor devidamente registrado

[Handwritten signatures and initials]



no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

17.2.4. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

17.2.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

17.2.6. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

17.2.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

17.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consiste em:

17.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

17.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (CGF) ou municipal (ISS), conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante:

a) A prova de regularidade com a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual.

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

17.3.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS.

17.3.5. Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

17.3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.3.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão Permanente

[Handwritten signatures and initials in the right margin]



de Licitação, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

17.3.8. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação, ou lote, conforme o caso.

17.4. Visando o cumprimento do prazo de execução, a qualidade e a segurança do objeto da contratação deste Pregão, a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** da empresa proponente deverá ser comprovada mediante.

17.4.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o(a) licitante fornece ou forneceu produtos de natureza e espécie condizentes com o objeto deste Edital.

- a) Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão promover diligência junto a emitente, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão, e:
- I. Constatada a veracidade, será confirmada a habilitação da licitante;
 - II. Constatada a não veracidade, a licitante será inabilitada, sendo o fato encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que seja aberto processo administrativo, e comprovado o dolo, aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente

17.5. Visando o cumprimento do prazo de execução, a qualidade e a segurança do objeto da contratação em sua totalidade, a **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA** da licitante deverá ser comprovada mediante:

17.5.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial de origem que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC.

17.5.1.1. O Microempreendedor Individual-MEI que no ano-calendário anterior não tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2º do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASNSIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional – Microempreendedor Individual);

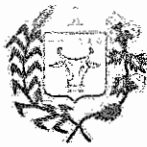
17.5.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

17.5.1.3. As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (ECO), conforme dispõe o art. 3º da Instrução Normativa nº 1.594 de 01 de dezembro de 2015, da Receita Federal do Brasil, fica exigida a apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, até o último dia útil do mês de maio do corrente ano.

17.5.1.4. As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicada na Imprensa Oficial, de acordo com a legislação pertinente.

17.5.2. Comprovação do Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor e estimado para contratação, devendo a comprovação ser feita através do Balanço Patrimonial do último exercício encerrado, conforme exigência do item **17.5.1.**

[Handwritten signatures and initials]



17.5.3. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

a) Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 14.112/2020; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 14.112/2020.

17.6. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.6.1. DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme **ANEXO II** do Edital. (art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

17.6.2. DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição conforme **ANEXO III** do Edital;

17.6.3. DECLARAÇÃO EXPRESSA DE INTEGRAL CONCORDÂNCIA com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste edital;

17.6.4. DECLARAÇÃO QUE SE ENQUADRA EM ME OU EPP - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, conforme **ANEXO V** do edital.

17.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

17.7.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

17.7.2. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17.7.3. Salvo os documentos cuja verificação da autenticidade possa ser feita mediante consulta direta em sítios oficiais na internet, os documentos de habilitação enviados através do sistema eletrônico, deverão ser enviados à sede da Comissão de Licitação, juntamente com a Proposta de Preços Final Negociada (Proposta Ajustada) ao novo valor ofertado (**ANEXO VII.1**), no prazo de até 03 (três) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à solicitação do pregoeiro.

17.7.4. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro;

17.7.5. Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.

17.7.6. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia da abertura da sessão pública, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, enviar o documento à Comissão nas condições de autenticação, para que seja apensado ao processo de licitação.

[Handwritten signatures and initials]



17.7.7. Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais - da licitante.

17.7.8. Os documentos de habilitação em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

17.7.9. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

17.8. DAS DEMAIS ORIENTAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

17.8.1. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

17.8.2. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa a Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

17.8.3. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que legalmente e com regularidade permita a sua emissão e consulta pela Internet, a Pregoeiro poderá verificar a autenticidade deste através de consulta junto ao respectivo sítio.

17.8.4. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

18. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

18.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, impugnar o ato convocatório deste Pregão e solicitar esclarecimentos, mediante petição a ser enviada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias (provedora do sistema do Pregão Eletrônico).

18.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.1.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.2. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações, que preencham os seguintes requisitos:

18.2.1. O endereçamento ao Pregoeiro da Prefeitura de Tauá/CE;

18.2.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada, dentro do prazo editalício;

18.2.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

18.2.4. O pedido, com suas especificações.

18.3. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão efetuadas no prazo de até 02 (dois) dias úteis contado do recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento, conforme o caso.

[Handwritten signatures and initials]



18.4. A impugnação não possui efeito suspensivo.

18.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.5. A resposta da Prefeitura Municipal de Tauá-CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo da Comissão Permanente de Licitação, bem como disponibilizado no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias - Provedora do Sistema do Pregão Eletrônico (www.novobmnet.com.br), e no Portal de Licitações dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE (<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas>), e vinculará tanto a administração quanto os participantes.

18.6. O aditamento ao edital prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

18.7. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Cartas Propostas.

18.7.1. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

18.8. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Pregoeiro ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

18.8.1. Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

18.9. **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A Prefeitura Municipal de Tauá/CE poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1. A data e o horário em que será aberta a fase de manifestação de interposição de recurso será informado pelo pregoeiro no chat após o término da disputa de lances e declaração do licitante vencedor do LOTE.

19.1.1. Na data e horário estipulados para a manifestação a Pregoeiro dará, no mínimo, 30 (trinta) minutos para os licitantes declararem sua intenção e motivação em interpor recurso.

19.1.2. A falta de manifestação e motivação desta no prazo concedido, importará na decadência do direito de recurso.

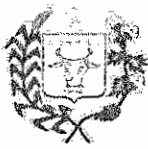
19.1.3. Após a manifestação, o licitante terá prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

19.1.4. A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada no chat, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

19.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo(a) licitante.

19.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



20.1. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores habilitados, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, conforme minuta de ata de registro de preços, Anexo IX deste edital.

20.2. As obrigações decorrentes da licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, através da Secretaria(s) Gestora(s), representada(s) pelo(as) Secretário(as) Ordenador(es) de Despesa, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 0121002/2019, de 21 de janeiro de 2019, e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, bem como pelas normas contidas neste Edital e seus anexos.

20.3. O licitante vencedor terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a ata de registro de preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo município de Tauá.

20.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ata de registro de preços, a Administração poderá aceitar assinatura digital, **desde que baseada em certificado digital**, para que possa conferir validade aos atos praticados eletronicamente

20.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste edital.

20.4.1. Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à Administração municipal convocar os licitantes do cadastro de reserva ou os remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com este, com vistas à obtenção de melhores preços, preservando o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexo ao Termo de Referência/Projeto Básico, para depois de comprovados os requisitos habilitatórios e aceitabilidade dos preços, assinar a Ata de Registro de Preços.

20.4.2. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

20.4.3. É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §º do art. 65, da Lei 8.66/93.

20.5. A Ata de Registro de Preços produzirá seus efeitos jurídicos e legais a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme inciso III, § 3º, do art. 15, da Lei 8.666/93.

20.6. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, tampouco nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do Registro de Preços a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.6.1. O participante da SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, efetuará aquisições junto ao fornecedor detentor de preços registrados na mencionada ata, de acordo com os quantitativos e especificações previstas na licitação, bem como deverá, caso solicitado pelos demais participantes efetuar o remanejamento do quantitativo não utilizado por este.

20.6.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor.

20.6.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as



condições nela estabelecidas optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

20.6.4. Ao órgão não participante que aderir a Ata de Registro de Preços compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

20.6.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão interessado deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

20.7. O(s) preço(s) registrados e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município de Tauá e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

20.8. O Município monitorará, ao menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

20.9. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

20.10. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado a apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

20.11. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômica financeira.

20.12. Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Unidade Administrativa do Município para determinado item.

21. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

21.1. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.2. No caso de formalização de instrumento de contrato (Anexo VIII), o preço estabelecido não sofrerá reajuste, exceto quando a contratação ensejar duração superior a (01) um ano, nos termos do 3º, e § 1º da Lei 10.192/2001 (Lei do Plano Real).

21.3. Caso seja prorrogado, o contrato poderá ser reajustado com base no IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

22. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1. QUANTO À ENTREGA:

22.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, nos locais indicados pelo órgão gerenciador ou órgãos participantes, de acordo com os prazos e as especificações do termo de referência, a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento ou instrumento hábil.

22.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24

D. L. P.
[Handwritten signatures and initials]



(vinte e quatro) horas, antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

22.2. QUANTO AO RECEBIMENTO:

22.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

22.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade

22.3. Os representantes do CONTRATANTE especialmente designados como **Fiscais do Contrato**, que deverão ser nomeados pelo Secretário da Pasta, serão os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato.

22.4. O Município de Tauá reserva-se ao direito de proceder à análise pelo corpo técnico da Secretaria Requisitante. Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto ou este não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto.

22.5. Constatando que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

22.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação sem que tenha havido a solução do problema em relação às irregularidades apontadas, a secretaria solicitante dará ciência a Procuradoria Fiscal, a fim de que se proceda à abertura de processo administrativo em face da empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades cabíveis.

23. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

23.1. **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o objeto licitado, inclusive a margem de lucro.

23.2. **PAGAMENTO:** O pagamento será feito na proporção da entrega dos bens licitados, segundo as Ordem de Compra expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

23.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

23.3. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

23.4. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento/serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial de

[Handwritten signatures and initials]



contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

24. DAS SANÇÕES

24.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços/Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
 - a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
 - b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do(a) CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- II. Multas, que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo(a) Contratante:
 - a) de **1,0%** (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos ou indisponibilidade dos mesmos, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
 - b) de **2,0%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
 - c) de **5,0%** (cinco por cento) do valor total do contrato, pela recusa em substituir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Tauá, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

24.2. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 24.1 supra e 05 (cinco) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

24.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

24.4. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 24.1 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no



recolhimento de quaisquer tributos.

24.5. As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 24.1** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.6. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

24.7. As sanções previstas no **item 24.6** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

25.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo pregoeiro durante a sessão e pelo(s) Secretário(s) Ordenador(es) de Despesa, em outros casos, mediante aplicação do *caput* do art. 54 da Lei n.º 8.666/93.

25.3. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão Eletrônico.

25.4. A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.5. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

25.6. A Homologação do presente procedimento será de competência do(s) Secretário(s) Gestor(es).

25.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Tauá – CE.

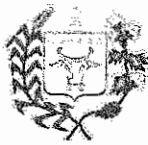
25.8. Quaisquer informações poderão ser obtidas diretamente na Sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Tauá, situada na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, S/N, Bairro Tauazinho, Tauá/CE. CEP: 63.660-000 (Prédio do Centro Administrativo, em frente à Escola Júlio Rego), ou pelo e-mail pregao.taua@gmail.com.

25.9. Todas as normas inerentes à contratação, discriminadas no Anexo – Termo de Referência deste Instrumento Convocatório, deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas Propostas de Preços.

25.10. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado à autoridade competente:

- a) alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente;
- b) anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação na forma da legislação vigente.

[Handwritten signatures and initials in the right margin]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



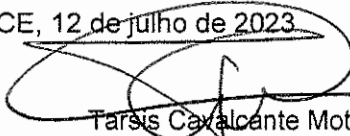
25.11. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no flanelógrafo da Prefeitura de Tauá, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no site da BBM: www.novobbmnet.com.br e <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas>.


25. DOS ANEXOS

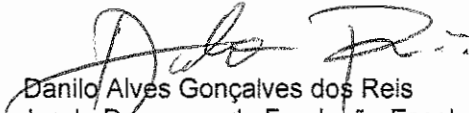
25.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:


- ANEXO I - Termo de Referência - Descrição detalhada do objeto
- ANEXO II - Modelo de Declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação;
- ANEXO III - Modelo de Declaração de que o licitante "não possui profissionais menores de 18 anos
- ANEXO IV - Declaração de concordância com os termos do edital;
- ANEXO V - Declaração de ME (Microempresa) / EPP (Empresa de Pequeno Porte) / MEI (Microempreendedor Individual);
- ANEXO VI - Da análise e aceitabilidade da Proposta Final Negociada;
- ANEXO VI.1 - Modelo de Proposta de Preços Negociada;
- ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- ANEXO VIII - Minuta do Contrato


Tauá - CE, 12 de julho de 2023

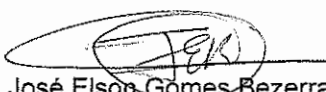

Tarsis Cavalcante Mota
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos
ÓRGÃO GERENCIADOR



Francisca Jovelina de Lima Dias
Ordenadora de Despesas da Secretaria do
Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos, Meio
Ambiente e Sustentabilidade
ÓRGÃO PARTICIPANTE



Danilo Alves Gonçalves dos Reis
Ordenador de Despesas da Fundação Escola de
Gestão Pública e Qualificação de Pessoas;
Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas;
Fundação de Desenvolvimento Econômico e
Fomento às Atividades Produtivas Locais; do
Procuradoria Geral do Município
ÓRGÃOS PARTICIPANTES



Márcia Maria Noronha Lima
Ordenadora de Despesas da Secretaria do
Trabalho, Desenvolvimento Econômico
Tecnológico, Científico e Empreendedorismo
ÓRGÃO PARTICIPANTE


Walisson Silva Gomes
Ordenador de Despesas da Secretaria de Cultura,
Turismo e Lazer; Secretaria de Esportes; Secretaria
de Políticas da Mulher, Juventude, Idoso, Drogas e
Família
ÓRGÃOS PARTICIPANTES


José Elson Gomes Bezerra
Ordenador de Despesas da Superintendência do
Meio Ambiente
ÓRGÃOS PARTICIPANTES


Alfredo Alves Bezerra
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Segurança Cidadã
ÓRGÃOS PARTICIPANTES


José Eronilson Alexandrino Souza
Ordenador de Despesas da Secretaria da Educação
ÓRGÃO PARTICIPANTE


Adriano Lima Marinho
Ordenador de Despesas da Secretaria de Proteção
Social, Cidadania e Direitos Humanos
ÓRGÃO PARTICIPANTE



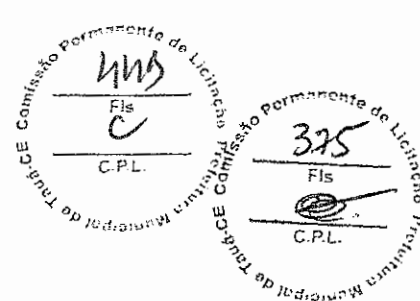
MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

[Handwritten signatures and initials]



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os Ordenadores de Despesa da Fundação Escola de Gestão Pública e Qualificação de Pessoas; Secretaria da Educação; Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas; Secretaria de Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos; Fundação de Desenvolvimento Econômico e Fomento às Atividades Produtivas Locais; Procuradoria Geral do Município; Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer; Secretaria de Segurança Cidadã; Secretaria de Esportes; Secretaria de Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos; Secretaria de Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico Tecnológico, Científico e Empreendedorismo; Superintendência do Meio Ambiente; Secretaria de Políticas da Mulher, Juventude, Idoso, Drogas e Família, apresentam o Termo de Referência visando **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO E ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ/CE**, e determina as normas e condições gerais para elaboração de edital e suas minutas.

A Licitação fundamentar-se-á nas Leis:

Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações;

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

Decreto nº 10.024/2019;

Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; e

Decreto Municipal de nº 0121002/2019

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição tem como permissa básica:

2.2. Justificamos a aquisição destes produtos para suprir as necessidades de material Construção, hidráulico e elétrico para pequenos reparos, das diversas unidades gestoras do município e os setores dependentes das mesmas, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins da instituição.

2.3. Pondera-se, a realização de forma conjunta, além de gerar celeridade, eficiência nas contratações e a economia processual, visa, ainda, a economia de escala prospectada com a oferta de propostas para um quantitativo de unidades mais elevado, angariado a oferta de melhores preços em razão dos custos, ofertas e demanda.

3. DO MODO DE DISPUTA

MODO DE DISPUTA: ABERTO

4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

Pregão Eletrônico (MENOR PREÇO POR LOTE)

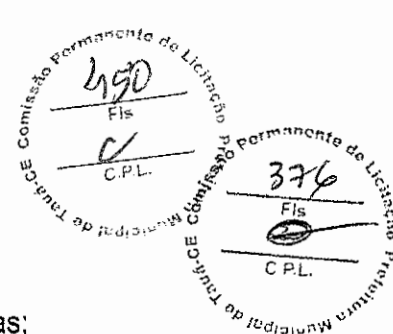
5. ÓRGÃO GERENCIADOR

- Secretaria de Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



Órgãos Participantes:

- Fundação Escola de Gestão Pública e Qualificação de Pessoas;
- Secretaria da Educação;
- Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas;
- Fundação de Desenvolvimento Econômico e Fomento às Atividades Produtivas Locais;
- Procuradoria Geral do Município;
- Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer; Secretaria de
- Segurança Cidadã;
- Secretaria de Esportes;
- Secretaria de Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico Tecnológico, Científico e Empreendedorismo;
- Superintendência do Meio Ambiente;
- Secretaria de Políticas da Mulher, Juventude, Idoso, Drogas e Família

6. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DO OBJETO

LOTE I - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

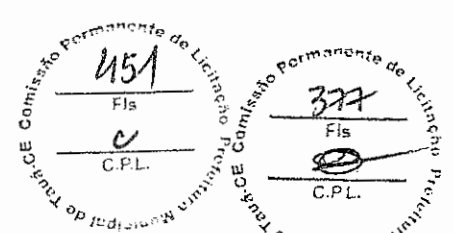
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	V. UNIT MÉDIO	V. TOTAL MÉDIO
1	Afiadores de facas /Chairas	UNID.	32	36,92	1.181,44
2	ARAME GALVANIZADO 18, ROLO DE 1 KG	ROLO	301	25,40	7.645,40
3	ARAME RECOZIDO 18, ROLO DE 1KG	ROLO	300	18,87	5.661,00
4	BANDEJA P/ PINTURA 23CM PLASTICO	und	87	9,52	828,24
5	BRITA	M3	210	173,56	36.447,60
6	BROMAZIO 2200X1600X04MM	FL	60	288,35	17.301,00
7	BROMAZIO 2200X1600X12MM	FL	60	270,25	16.215,00
8	BROXA DE NAYLON P/ PINTURA 15X5,5 CM	und	320	10,80	3.456,00
9	BUCHA PARA TIJOLO FURADO N 08 PACOTE COM 500 UND	PCT	42	111,79	4.695,18
10	BUCHA PARA TIJOLO FURADO N 10 PACOTE COM 500 UND	PCT	47	309,97	14.568,59
11	BUCHA PARA TIJOLO FURADO Nº 06 PACOTE COM 500UND	PCT	57	90,52	5.159,64
12	BUCHAS PARA PARAFUSO Nº 06 pacote com 500und	PCT	91	43,61	3.968,51
13	BUCHAS PARA PARAFUSO Nº 08 pacote com 500und	PCT	79	41,91	3.310,89
14	BUCHAS PARA PARAFUSO Nº 10 pacote com 500und	PCT	117	43,93	5.139,81
15	BUCHAS PARA PARAUSO Nº 12 pacote com 50und	PCT	156	11,91	1.857,96
16	CABO P/ ROLO DE PINTURA 23CM	und	91	17,73	1.613,43
17	CADEADO 20MM	und	149	18,33	2.731,17
18	CADEADO 30MM	und	149	23,64	3.522,36
19	CADEADO 35MM	und	239	31,03	7.416,17
20	CADEADO 40MM	und	168	42,38	7.119,84
21	CADEADO 50MM	und	137	66,19	9.068,03
22	CAIBRO 6M 5X5CM	und	593	69,04	40.940,72
23	CIMENTO COLA (ARGAMASSA) ACII DE 20KG	PCT	485	46,13	22.373,05
24	CIMENTO COLA (ARGAMASSA) ACIII DE 20KG	PCT	454	54,03	24.529,62
25	CIMENTO SACO DE 50KG	und	1752	34,85	61.057,20
26	COLA BRANCA 5KG	und	186	84,50	15.717,00
27	COLA TIPO FORMICA 2,8kg	GL	43	92,87	3.993,41
28	COLUNA FERRO 3/8 C/ 6M	und	325	137,66	44.739,50
29	COLUNA PRONTA DE FERRO 3/8	METRO	120	46,53	5.583,60
30	COMPENSADO 2200X1600X04MM	FL	31	88,54	2.744,74

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



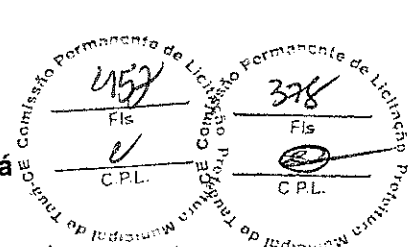
31	COMPENSADO 2200X1600X10MM	FL	61	166,30	10.144,30
32	COMPENSADO 2200X1600X12MM	FL	31	228,05	7.069,55
33	COMPENSADO 2200X1600X15MM	FL	51	300,83	15.342,33
34	CORDA DE 8MM	M	4632	2,85	13.201,20
35	Corda de seda de 10 mm	M	1050	2,23	2.341,50
36	CORDA NYLON 120MM	MT	320	3,92	1.254,40
37	DOBRADIÇA ZINCADA 3.1/2	und	287	5,27	1.512,49
38	ESMALTE SINTETICO 0,9L	LATA	154	39,67	6.109,18
39	ESMALTE SINTETICO 15L	LATA	172	82,57	14.202,04
40	ESMALTE SINTETICO 3,6L	LATA	199	80,58	16.035,42
41	EXTENSOR DE 03 METROS PARA ROLO DE PINTURA	und	28	52,03	1.456,84
42	FECHADURA AÇO INOX 18MM PARA PORTA DE CORRER	Unid	40	55,81	2.232,40
43	FECHADURA ALAVANCA CROMADA, ACOMANHA DUAS CHAVES	und	311	37,95	11.802,45
44	FECHADURA BOLA CROMADA, ACOMPANHA DUAS CHAVES	und	280	53,34	14.935,20
45	FECHADURA INOX DE BANHEIRO, CHAVE FIXA 20X11X05CM	und	178	59,75	10.635,50
46	FERRO CA- 50 3/8 VARA C/ 12M	VARA	250	53,93	13.482,50
47	FERRO CA- 60 4.2 VARA C/ 12M	VARA	180	14,55	2.619,00
48	FERRO CA-50 1/2 VARA C/ 12M	VARA	250	89,30	22.325,00
49	FERRO CA-50 1/4 VARA C/ 12M	VARA	240	29,29	7.029,60
50	FERRO CA-50 3/4 COM VARA 6M	VARA	110	222,61	24.487,10
51	FERRO CA-50 5/16 VARA C/ 12M	VARA	250	49,89	12.472,50
52	FERRO CA-60 5.0 VARA C/ 12M	VARA	180	17,12	3.081,60
53	FERROLHO PARA PORTÃO COM PORTA CADEADO 30MM	und	109	59,34	6.468,06
54	FIO DE NYLON 3.0MM X 50M	ROLO	42	139,05	5.840,10
55	FITA CREPE 25MMX50M	und	259	11,05	2.861,95
56	GESSO EM PÓ CASO 40KG	SC	480	47,04	22.579,20
57	IMPERMEABILIZANTE 3,6L	GL	393	56,70	22.283,10
58	LAJOTA 33,0 CM X 19,0CM X 7CM	Unidade	1000	1,93	1.930,00
59	LINHA NYLON 0,8MM X 100M	ROLO	57	9,61	547,77
60	LIXA P/ FERRO 120	und	580	2,34	1.357,20
61	LIXA P/ FERRO 50	und	580	2,55	1.479,00
62	LIXA P/ MADEIRA 120	und	600	2,39	1.434,00
63	LIXA P/ MADEIRA 50	und	600	2,47	1.482,00
64	LONA PLÁSTICA PRETA 4M LARGURA	MT	1400	5,84	8.176,00
65	MACHADO LENHADOR CABO DE MADEIRA 3,5LIBRAS	und	32	83,56	2.673,92
66	MADEIRITE 2,20 x 1,10m	FL	165	44,96	7.418,40
67	MASSA CORRIDA 25kg	LATÃO	141	75,93	10.706,13
68	PARAFUSO 1/2	und	3604	2,16	7.784,64
69	PARAFUSO 2	und	3604	0,73	2.630,92
70	PARAFUSO 2X1/2	und	3600	2,15	7.740,00
71	PARAFUSO 3	und	3800	2,78	10.564,00
72	PARAFUSO ESTRELA N06	und	3310	1,13	3.740,30
73	PARAFUSO ESTRELA N08	und	3410	1,03	3.512,30
74	PARAFUSO SEXTAVADO N. 10	und	3010	1,26	3.792,60
75	PISO 43X43, CAIXA COM NO MÍNIMO 2,06M ²	CAIXA	228	57,81	13.180,68
76	PISO 46X46, CAIXA COM NO MÍNIMO 2,30M ²	CAIXA	120	83,35	10.002,00
77	PORTA 0,90 X 2,10M	und	124	357,90	44.379,60
78	PORTA 1 X 2,10M	und	94	395,70	37.195,80
79	PORTA PARANÁ 0,80X2,10M	und	154	155,45	23.939,30
80	PORTA PARANÁ 0,60X2,10M	und	120	145,71	17.485,20
81	PORTA PARANÁ 0,70X2,10M	und	140	140,14	19.619,60
82	Poste de Jardim de Concreto	UND	12	976,67	11.720,04

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



83	PREGO COM CABEÇA AÇO CARBONO GALVANIZADO 3 X 8	KG	193	27,80	5.365,40
84	PREGO COM CABEÇA AÇO CARBONO GALVANIZADO 5x5	KG	188	23,30	4.380,40
85	PREGO COM CABEÇA AÇO CARBONO GALVANIZADO 14X15	KG	187	16,81	3.143,47
86	REJUNTE DE 1 KG PARA CERÂMICA	PCT	259	6,98	1.807,82
87	RIPAS DE MADEIRA APROX. 2X5CM	METRO	1770	11,59	20.514,30
88	ROLDANA PARA PORTÃO DE FERRO 70MM AÇO MACIÇO	und	160	23,48	3.756,80
89	ROLO P/ PINTURA 09CM C/ CABO	und	89	7,03	625,67
90	ROLO P/PINTURA 15CM C/CABO	und	128	24,70	3.161,60
91	ROLO P/PINTURA 23CM C/CABO	und	149	31,91	4.754,59
92	SOLVENTE, EMBALAGEM DE 1LITRO	LITRO	274	22,28	6.104,72
93	SUPERCAL EM PÓ, PACOTE COM 5 KG	PCT	2070	12,20	25.254,00
94	TELA MOSQUITEIRO NYLON LARGURA 1,50M, ROLO C/5M	ROLO	647	31,35	20.283,45
95	TELA P/ LAJE DE FERRO 15X15X3,4	m²	450	70,14	31.563,00
96	TELA TIPO VIVEIRO EM ARAME GALVANIZADO 50X1,0M- CONFECCIONADA EM MALHA HEXAGONAL COM ARAME GALVANIZADO MALEAVEL E RESISTENTE. CARACTERISTICAS TECNICAS - ALTURA: 1,0 METRO - COMPRIMENTO: 50 METROS - DIAMETRO ARAME: 0,56MM - ABERTURA DO LOSANGO: 1,27CM - MATERIAL: ACO GALVANIZADO - PESO: 12KG	ROLO	54	412,68	22.284,72
97	TELHA CERAMICA COLONIAS APROX 41X15X13CM	und	22000	1,66	36.520,00
98	TELHA FIBROCIMENTO 1,53X1,10M	und	220	66,84	14.704,80
99	TELHA FIBROCIMENTO 2,13X1,10	und	260	57,97	15.072,20
100	TELHA FIBROCIMENTO 2,44X0,50M	und	220	32,48	7.145,60
101	TIJOLO FURADO 19x19x9cm	und	41000	0,84	34.440,00
102	TINTA LÁTEX EXTERNA 15 L	GALAO	285	194,74	55.500,90
103	TINTA LÁTEX EXTERNA 3,6 L	GALAO	267	83,26	22.230,42
104	TINTA LÁTEX INTERNA 15 L	GALAO	301	127,21	38.290,21
105	TINTA LÁTEX INTERNA 3,6 L	GALAO	299	72,86	21.785,14
106	TINTA PARA PISO 18L	GALAO	284	317,94	90.294,96
107	Tinta spray 350 ml para uso geral em superfície externa e interna. Cores a definir.	und	309	20,03	6.189,27
108	TRELIÇA 8CM VARA C/12 M	VARA	210	89,49	18.792,90
109	TRILHO PARA LAJE - CALCULO DEFINIDO EM METRAGEM LINEAR, CONFORME NECESSIDADE DO CONTRATANTE	METRO	200	13,96	2.792,00
110	TRINCHA 1"	und	231	5,39	1.245,09
111	TRINCHA 2X1/2"	und	231	7,14	1.649,34
112	TRINCHA 2"	und	231	8,26	1.908,06
	VALOR GLOBAL				1.430.442,84

LOTE II - MATERIAL HIDRÁULICO

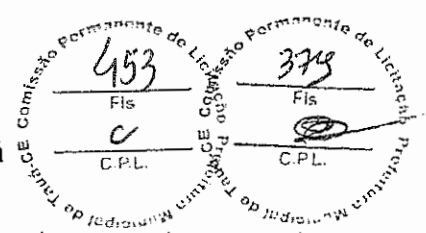
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	V. UNIT MÍDIO	V. TOTAL MÍDIO
1	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO BRANCO EM POLIPROPILENO 4X47X39CM APROXIMADAMENTE	und	311	57,9	18.006,90
2	BACIA ACOPLADA SANITÁRIA 3L BRANCA EM LOUÇA.	und	173	311,83	53.946,59
3	BÓIA DE VAZÃO TOTAL 3/4	und	196	44,68	8.757,28
4	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 40X32MM	und	10	3,31	33,10
5	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 50X32MM	und	10	6,16	61,60
6	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 60X40MM	und	10	9,67	96,70
7	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL 25X20MM	und	345	1,96	676,20

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



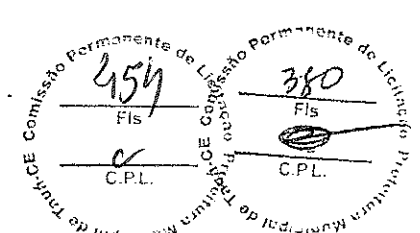
8	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL 32X25MM	und	260	1,6	416,00
9	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL 40X25MM	und	260	3,4	884,00
10	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL 50X40MM	und	280	5,57	1.559,60
11	CAIXA DAGUA 1000L EM POLIETILENO	und	77	511,6	39.393,20
12	CAIXA DAGUA 150L POLIETILENO	und	1	186,5	186,50
13	CAIXA DAGUA 2000L EM POLIETILENO	und	38	1.111,32	42.230,16
14	CAIXA DAGUA 3000L EM POLIETILENO	und	36	1.951,60	70.257,60
15	CAIXA DAGUA 5000L EM POLIETILENO	und	56	3.125,85	175.047,60
16	CAIXA DAGUA 500L EM POLIETILENO	und	43	272,95	11.736,85
17	CAIXA DE DESCARGA EXTERNA 9L EM POLIETILENO	und	312	46,34	14.458,08
18	CAIXA SIFONADA 100X100X50MM	und	125	28,65	3.581,25
19	CAIXA SIFONADA 150X150X50MM	und	125	42,3	5.287,50
20	CANO DE PVC 3/4 VARA DE 6 MT	VARA	951	30,34	28.853,34
21	CANO PVC 1.1/4 X 6M ROSCAVEL	VARA	500	220,08	110.040,00
22	CHAPE GRIFO DE 18", 450MM AÇO	und	2	67,1	134,20
23	CHUVEIRO COMUM DE PLÁSTICO APROX. 4"; CANO APROX. 10CM	und	239	14,29	3.415,31
24	COLA P/ CANO 75 G	TUBO	560	6,67	3.735,20
25	COMPRESSOR 15 PES 3HP 150 LITROS MONO 220V	und	1	4.172,39	4.172,39
26	CURVA LISA 25MM	und	871	3,7	3.222,70
27	CURVA LISA 32MM	und	606	7,79	4.720,74
28	CURVA LISA 40MM	und	608	13,52	8.220,16
29	CURVA LISA 50MM	und	186	14,54	2.704,44
30	Curva Roscavel de 1 1/4 de Ferro	UNID	180	16,45	2.961,00
31	CURVAS GALVANIZADAS DE 1.1/4	und	10	38,61	386,10
32	DUCHA HIGIÊNICA LUXO ABS CROMADA ACIONAMENTO 1/4 DE VOLTA	UND.	10	74,27	742,70
33	Emenda para mangueira 1"	UND	65	1,3	84,50
34	ENGATE DE PIA PVC FLEXIVEL 1/2-30cm	und	252	12,83	3.233,16
35	ENGATE DE PIA PVC FLEXIVEL 1/2-50cm	und	445	17,1	7.609,50
36	FLANGE 25 X 3/4	und	244	12,54	3.059,76
37	FLANGE 40 X 1.1/4	und	120	29,01	3.481,20
38	FLANGE 50 MM	UNID.	15	23,29	349,35
39	GRAXA AZUL 500GM PARA CANO DE PVC	und	9	28,16	253,44
40	GRELHA (RALO) COM CAIXA 10X10 PVC	und	119	19,71	2.345,49
41	JOELHO ESGOTO LISO 100mm	und	399	8,02	3.199,98
42	JOELHO ESGOTO LISO 150MM	und	282	39,71	11.198,22
43	JOELHO ESGOTO LISO 40MM	und	436	2,55	1.111,80
44	JOELHO ESGOTO LISO 50MM	und	344	2,99	1.028,56
45	JOELHO ESGOTO LISO 75MM	und	304	9,52	2.894,08
46	JOELHO LR 25 X 1/2	und	50	2,63	131,50
47	JOELHO LR 25 X 3/4	und	50	4,45	222,50
48	JOELHO LR 32 X 3/4	und	586	18,2	10.665,20
49	JOELHO SOLDÁVEL 25MM	und	385	1,08	415,80
50	JOELHO SOLDÁVEL 3/4	und	445	0,93	413,85
51	JOELHO SOLDÁVEL 32mm	und	350	3,24	1.134,00
52	JOELHO SOLDÁVEL 40mm	und	350	6,53	2.285,50
53	JOELHO SOLDÁVEL 50mm	und	370	6,21	2.297,70
54	LAVATÓRIO DE LOUÇA APROX. 16X23X29CM	und	149	147,06	21.911,94
55	LAVATÓRIO DE PLÁSTICO APROX. 36X28CM	und	101	18,87	1.905,87
56	LUVA DE UNIÃO 1 1/4 GALVANIZADA	und	200	53,87	10.774,00
57	LUVA ESGOTO LISO 100mm	und	272	6,89	1.874,08
58	LUVA ESGOTO LISO 40mm	und	304	2,8	851,20
59	LUVA ESGOTO LISO 50mm	und	254	5,61	1.424,94
60	LUVA ESGOTO LISO 75mm	und	234	7,67	1.794,78
61	LUVA LISA DE CORRER 25MM	und	375	15,38	5.767,50
62	LUVA LISA DE CORRER 3/4	und	130	17,57	2.284,10
63	LUVA LISA DE CORRER 40mm	und	330	32,67	10.781,10

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



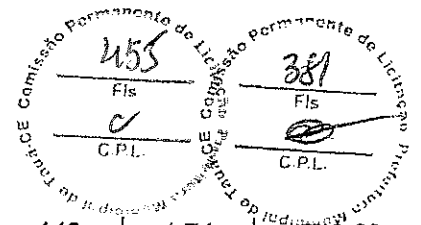
64	LUVA LR 25 X 3/4	und	365	3,35	1.222,75
65	LUVA LR 25X1/2???	und	50	2,54	127,00
66	LUVA LR 32 X 1	und	335	4,32	1.447,20
67	LUVA LR 40 X 1 1/4	und	220	4,96	1.091,20
68	LUVA ROSCAVEL DE CORRER 3/4	und	235	9,81	2.305,35
69	LUVA SOLDÁVEL 25mm	und	360	1,59	572,40
70	LUVA SOLDÁVEL 32mm	und	305	2,67	814,35
71	LUVA SOLDÁVEL 40mm	und	275	5,26	1.446,50
72	LUVA SOLDÁVEL 50mm	und	295	5,15	1.519,25
73	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER DE 25mm	und	335	15,7	5.259,50
74	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER DE 32mm	und	250	23,26	5.815,00
75	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER DE 40mm	und	250	35,75	8.937,50
76	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER DE 50mm	und	270	24,82	6.701,40
77	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER DE 60mm	und	260	53	13.780,00
78	LUVA UNIÃO 25mm	und	265	8,14	2.157,10
79	LUVA UNIÃO 32mm	und	180	16,61	2.989,80
80	LUVA UNIÃO 40mm	und	180	28,63	5.153,40
81	LUVA UNIÃO 50mm	und	230	34,93	8.033,90
82	MANGUEIRA CRISTAL 3/4	METRO	6975	7,9	55.102,50
83	Mangueira de alta pressão de 25 mm	METRO	202	21,13	4.268,26
84	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/16" 8MM - 20METROS	und	66	39,43	2.602,38
85	MANGUEIRA PRETA PARA IRRIGAÇÃO 1 POLEGADA	M	1500	6,85	10.275,00
86	MECANISMO DE REPARO COMPLETO UNIVERSAL PARA DESCARGA ACOPLADA	und	202	115,3	23.290,60
87	MEDIDOR DE NÍVEL AGUA 100MT PARA POÇOS PROFUNDOS	und	3	3.353,00	10.059,00
88	MOTOR Mergulhão BOMBA SAPO 3/4 VIBRATORIA	und	4	244,97	979,88
89	Nipe de Ferro de 40mm / 1"1/4	und	355	11,52	4.089,60
90	REDUÇÃO ESGOTO 100X50mm	und	225	14,58	3.280,50
91	REDUÇÃO ESGOTO 100X75mm	und	185	14,8	2.738,00
92	REDUÇÃO ESGOTO 50x40mm	und	230	3,19	733,70
93	REDUÇÃO ESGOTO 75x50mm	und	210	9,64	2.024,40
94	REGISTRO DE GAVETA DE METAL 50mm	und	191	109,69	20.950,79
95	REGISTRO ESFERA 1,1/4	und	255	104,67	26.690,85
96	REGISTRO ESFERA 3/4	und	265	24,67	6.537,55
97	REGISTRO PVC 32mm	und	235	19,13	4.495,55
98	REGISTRO PVC 40mm	und	215	13,76	2.958,40
99	REGISTRO SOLDÁVEL 25mm	und	221	9,14	2.019,94
100	REGISTRO SOLDÁVEL 32mm	und	200	18,1	3.620,00
101	REGISTRO SOLDÁVEL 40mm	und	200	22,88	4.576,00
102	REGISTRO SOLDÁVEL 50mm	und	220	20,48	4.505,60
103	REPARO PARA TORNEIRA UNIVERSAL 1/4	und	399	31,2	12.448,80
104	SIFÃO DE 1 (UMA) SAÍDA FLEXIVEL DE 32 A 75CM	und	423	8,31	3.515,13
105	SIFÃO DE 2 (DUAS) SAÍDA FLEXIVEL DE 32 A 75CM	und	430	16,12	6.931,60
106	T de ferro de 1.1/4	und	80	36,43	2.914,40
107	T ROSCAVEL 1.1/2"	und	190	22,65	4.303,50
108	T ROSCAVEL 1/2"	und	205	4,28	877,40
109	T ROSCAVEL 3/4"	und	199	7,02	1.396,98
110	T SOLDÁVEL 100mm	und	240	11,37	2.728,80
111	T SOLDÁVEL 25mm	und	385	1,44	554,40
112	T SOLDÁVEL 32mm	und	250	5,05	1.262,50
113	T SOLDÁVEL 40mm	und	300	11,62	3.486,00
114	T SOLDÁVEL 50mm	und	320	12,17	3.894,40
115	T SOLDÁVEL 75mm	und	200	71,35	14.270,00
116	T TRIPLO INTERNO DE 1 POLEGADA PLASTICO PARA MANGUEIRA	und	10	4,9	49,00
117	TAMPÃO DE 1/2 COM ROSCA	und	244	3,13	763,72
118	TAMPÃO DE 1/2 SEM ROSCA	und	250	0,51	127,50

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



119	TAMPÃO DE 25 MM COM ROSCA	und	140	1,74	243,60
120	TAMPÃO DE 25mm SEM ROSCA	und	170	1,8	306,00
121	TORNEIRA DE METAL 3/4	und	312	25,85	8.065,20
122	TORNEIRA LONGA PVC 1/2 - APROX. 15CM	und	369	10,77	3.974,13
123	TORNEIRA LONGA PVC 3/4 - APROX. 15CM	und	411	14,19	5.832,09
124	TORNEIRA P/ TANQUE METAL 2 SAIDAS - 1/4	und	200	27,47	5.494,00
125	TORNEIRA P/ TANQUE METAL 3/4	und	30	31,4	942,00
126	TORNEIRA PARA TANQUE DE PLÁSTICO 3/4	und	120	6,99	838,80
127	TUBO ESGOTO 100mm PVC VARA DE 6 MT	VARA	1690	113,47	191.764,30
128	TUBO ESGOTO 150mm PVC VARA DE 6 MT	VARA	1600	139,09	222.544,00
129	TUBO ESGOTO 40mm PVC VARA DE 6 MT	VARA	270	42,67	11.520,90
130	TUBO ESGOTO 50mm PVC VARA DE 6 MT	VARA	240	74,89	17.973,60
131	TUBO ESGOTO 75mm PVC VARA DE 6 MT	VARA	190	96,91	18.412,90
132	TUBO PARA CAIXA DESCARGA EXTERNA 1/2" 150X4CM	und	286	36,54	10.450,44
133	TUBO SOLDAVEL 25mm PVC VARA DE 6MT	VARA	680	23,11	15.714,80
134	TUBO SOLDAVEL 32mm PVC VARA DE 6MT	VARA	490	48,97	23.995,30
135	TUBO SOLDAVEL 40mm PVC VARA DE 6MT	VARA	520	83,61	43.477,20
136	TUBO SOLDAVEL 50mm PVC VARA DE 6MT	VARA	730	86,42	63.086,60
137	TUBO SOLDAVEL 60mm PVC VARA DE 6MT	VARA	650	125,26	81.419,00
138	VALVULA 3/4 SUCCÃO	und	210	57,59	12.093,90
139	VALVULA DE DESCARGA 1.1/2	und	205	106,74	21.881,70
140	VALVULA DE INOX PARA PIA AMERICANA 4.1/2	und	199	45,63	9.080,37
141	VALVULA DE PIA PVC 7/8	und	295	4,06	1.197,70
142	Válvula de sucção roscável 1" PVC	und	30	46,58	1.397,40
143	VASO SANITARIO GRANDE ACOPLADO ALTURA: 77CM, COMP:68, LARG:37	und	10	725,37	7.253,70
144	VASO SANITÁRIO SIMPLES APROX. 36X41X64CM PORCELANA/LOUÇA	und	178	132,29	23.547,62
145	VEDA ROSCA 18MM X 50M	und	546	7,58	4.138,68
146	VEDANEL COM PARAFUSO E BUCHAS Nº 12	und	218	22,26	4.852,68
	VALOR GLOBAL				1.872.904,43

LOTE III - MATERIAL ELÉTRICO

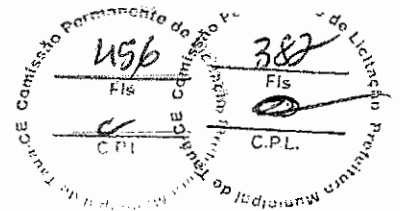
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	V. UNIT MÉDIO	V. TOTAL MÉDIO
1	ARRUELA ZAMAK 1.1/2	und	50	2,29	114,50
2	ARRUELA ZAMAK 3/8	und	50	1,65	82,50
3	BASE P/ SENSOR FOTOELETRICO	und	312	15,39	4.801,68
4	Braço para iluminação pública com 1metro curvilíneo e 48 mm de espessura, fabricado de tubo de aço sapata	und	312	59,92	18.695,04
5	BUCHA ZAMAK 1.1/2	und	120	2,92	350,40
6	CABO DE COBRE ELÉTRICO 10MM PRETO, ROLO COM 100MT	und	1055	617,45	651.409,75
7	CABO FLEXÍVEL 10MM. ROLO COM 100M	ROLO	62	617,45	38.281,90
8	CABO FLEXÍVEL 16 MM. ROLO COM 100M METROS	ROLO	480	1.034,03	496.334,40
9	CABO FLEXÍVEL 2,5, MM. ROLO COM 100M	ROLO	299	228,74	68.393,26
10	CABO FLEXÍVEL 4MM. ROLO COM 100M	ROLO	104	172,2	17.908,80
11	CABO FLEXÍVEL 6MM. ROLO COM 100M	ROLO	109	365,63	39.853,67
12	CABO PARALELO 0,75MM. ROLO COM 100M	ROLO	73	160,34	11.704,82
13	CABO PARALELO 1,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	73	141,15	10.303,95
14	CABO PARALELO 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	105	356,34	37.415,70
15	CABO PP 2 X 1,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	62	362,43	22.470,66
16	CABO PP 2 X 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	127	604,53	76.775,31
17	CABO PP 2 X 4,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	110	727,02	79.972,20
18	CABO PP 2 X 6,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	110	1.362,41	149.865,10
19	CABO PP 3 X 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	116	766,8	88.948,80
20	CABO PP 3 X 4MM. ROLO COM 100M	ROLO	91	1.229,40	111.875,40

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



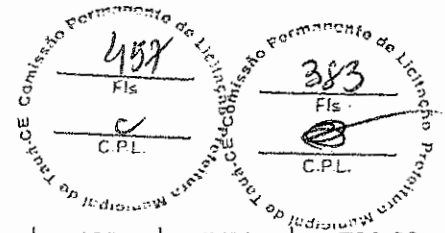
21	CABO PP 3 X 6,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	93	1.925,26	179.049,18
22	CABO PP 4 X 6MM. ROLO COM 100M	ROLO	67	2.762,31	185.074,77
23	CAIXA ELÉTRICA DE PLÁSTICO 4 X 2.	und	612	1,45	887,40
24	CANALETA COM ADESIVO 20X10MM PLÁSTICA.	MT	1944	10,23	19.887,12
25	CANALETA COM ADESIVO 20X20MM PLÁSTICA.	MT	1354	21,7	29.381,80
26	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 12/16 DISJUNTOR.	und	169	160,04	27.046,76
27	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 6/8 DISJUNTOR.	und	222	50,2	11.144,40
28	CONECTOR CUNHA RAMAL AZUL. C/Estribo Normal, Alumínio.	und	470	48,53	22.809,10
29	CONECTOR CUNHA RAMAL VERMELHO. C/Estribo Normal, Alumínio.	und	468	32,61	15.261,48
30	CONECTOR DERIVAÇÃO PERFURANTE 10X25MM - KIT COM 10	KIT	52	91,19	4.741,88
31	CONECTOR P/ HASTE DE ATERRAMENTO 5/8".	und	542	8,4	4.552,80
32	CONECTOR P/HASTE GRAMPO "U" ELÉTRICA 5/8"	und	262	6,84	1.792,08
33	CURVA 180° 1.1/2"	und	127	69,81	8.865,87
34	CURVA 90° 1.1/2"	und	127	6,51	826,77
35	CURVA 90° 3/4"	und	127	9,84	1.249,68
36	CURVA 90° LONGA DE 2"	und	172	5,2	894,40
37	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A.	und	732	9,53	6.975,96
38	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A.	und	514	8,54	4.389,56
39	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32A.	und	461	12,06	5.559,66
40	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A.	und	222	16,86	3.742,92
41	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100A.	und	187	199,12	37.235,44
42	DISJUNTOR TRIFÁSICO 25A.	und	282	73,44	20.710,08
43	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32A.	und	212	74,93	15.885,16
44	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A.	und	209	77,68	16.235,12
45	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A.	und	207	85,57	17.712,99
46	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4", ROLO C/ 50M	ROLO	1847	43,44	80.233,68
47	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/2 X 3M.	VARA	335	25,5	8.542,50
48	ELETRODUTO PVC RÍGIDO DE 2" X 3M.	VARA	337	41,5	13.985,50
49	ELETRODUTO RÍGIDO 3/4 x 3M.	VARA	229	23,46	5.372,34
50	FECHO 3/4 PARA FITA DE AÇO POSTE PCT C/100 UND.	PCT	32	101,56	3.249,92
51	FILTRO DE LINHA BIVOLT 6 TOMADAS 100CM PRETO.	und	96	38,85	3.729,60
52	FITA DE AÇO P/ POSTE 3/4 FURADO, ROLO C/25M	ROLO	117	44,39	5.193,63
53	FITA ISOLANTE 20 METROS, LARGURA DE 19MM	und	830	14,93	12.391,90
54	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 20M. LARGURA DE 19MM	und	722	23,76	17.154,72
55	Fotocélula sensor Bivolt externo	und	512	49,22	25.200,64
56	GRAMPO PARA HASTE TERRA 3/4.	und	106	9,96	1.055,76
57	INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA.	und	621	16,74	10.395,54
58	INTERRUPTOR 2 TECLAS + TOMADA.	und	626	17,44	10.917,44
59	INTERRUPTOR 3 TECLAS.	und	612	17,05	10.434,60
60	INTERRUPTOR SIMPLES.	und	608	6,77	4.116,16
61	LÂMPADA LED 15W BULBO.	und	2740	12,84	35.181,60
62	LÂMPADA LED 20W BULBO.	und	1825	19,6	35.770,00
63	LÂMPADA LED 30W BULBO.	und	2227	22,59	50.307,93
64	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 1000W TUBULAR.	und	520	179,77	93.480,40
65	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 150W OVOIDE.	und	496	36,07	17.890,72
66	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W OVOIDE.	und	496	51,48	25.534,08
67	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W OVOIDE.	und	504	76,23	38.419,92
68	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 150W OVOIDE.	und	496	67,13	33.296,48
69	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W OVOIDE.	und	498	53,25	26.518,50
70	Luminária pública led 100W para poste bivolt	und	322	214,82	69.172,04
71	LUMINÁRIA PÚBLICA PARA POSTE LED 100W.	und	472	214,82	101.395,04
72	LUVA ELETRODUTO 1.1/2" ROSCA.	und	124	3,57	442,68

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



73	LUVA ELETRODUTO 2" ROSCA.	und	122	5,74	700,28
74	LUVA ELETRODUTO 3/4" ROSCA.	und	124	2,64	327,36
75	PARAFUSO P/ POSTE 1/2X20	und	106	15,25	1.616,50
76	PINO FÊMEA 10A.	und	328	4,92	1.613,76
77	PINO FÊMEA 20A.	und	290	8,05	2.334,50
78	PINO MACHO 10A.	und	320	7,03	2.249,60
79	PINO MACHO 20A.	und	280	8,63	2.416,40
80	PINO T 3 SAÍDAS.	und	280	9,6	2.688,00
81	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO COM 16 DISJUNTORES.	und	40	175,05	7.002,00
82	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO TRIFÁSICO 12 ENTRADAS	und	196	295,87	57.990,52
83	QUADRO P/ MEDIÇÃO MONOFÁSICO PADRÃO ENEL	und	207	113,91	23.579,37
84	REATOR VAPOR METALICO 1000 W	und	126	259,07	32.642,82
85	REATOR VAPOR METALICO 150 W	und	126	90,81	11.442,06
86	REATOR VAPOR METALICO 250 W	und	126	125,14	15.767,64
87	REATOR VAPOR METALICO 400 W	und	126	147,3	18.559,80
88	REATOR VAPOR SODIO 150 W EXTERNO	und	120	131,38	15.765,60
89	REATOR VAPOR SODIO 150 W INTERNO	und	120	125,13	15.015,60
90	REATOR VAPOR SODIO 70 W EXTERNO	und	120	103,01	12.361,20
91	REATOR VAPOR SODIO 70 W INTERNO	und	120	61,88	7.425,60
92	REFLETOR DE LED 200W	und	534	111,67	59.631,78
93	REFLETOR DE LED 400W	und	425	213,89	90.903,25
94	Refletor de led slim externo 50W bivolt preto com luz branca 6500K prova d'água	und	360	60,61	21.819,60
95	REX MONOFÁSICO	und	136	11,92	1.621,12
96	REX TRIFÁSICO	und	86	39,53	3.399,58
97	ROLDANA DE PORCELANA GRANDE 72X72MM.	und	226	8,78	1.984,28
98	SOQUETE C/ RABICHO	und	340	3,35	1.139,00
99	SOQUETE DE LOUÇA E27	und	478	4,75	2.270,50
100	SOQUETE DE LOUÇA E40	und	488	9,77	4.767,76
101	SOQUETE PRÁTICO DE PORCELANA DE 10W 250V	und	1758	4,6	8.086,80
102	TOMADA DUPLA 10A	und	350	9,53	3.335,50
103	TOMADA DUPLA COM INTERRUPTOR	und	270	16,17	4.365,90
104	TOMADA DUPLA DE SOBREPOR 10A EXTERNA	und	320	12,81	4.099,20
105	TOMADA DUPLA DE SOBREPOR 20A	und	347	11,56	4.011,32
106	TOMADA SIMPLES 10A	und	520	8,98	4.669,60
	VALOR GLOBAL				3.754.457,34

6.1. A despesa do presente termo estima-se em **R\$ 7.057.804,61 (sete milhões cinquenta e sete mil oitocentos e quatro reais e sessenta e um centavos)**.

6.2. Os preços de referência ora apresentados foram estimados tendo como base as pesquisas prévias de preços realizadas junto às empresas do ramo de atividade pertinente com o objeto em apreço, partes integrantes deste processo.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.

8.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos do(s) órgão(s) /entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços), a ser informada quando da lavratura do contrato.

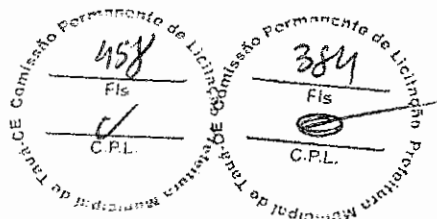
9. DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

9.1. Os produtos deverão ser entregues no local, data e hora definidas pela Secretaria na ordem de compra.



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



9.2. O prazo para entrega dos produtos será de **05 (cinco) dias**, após recebimento da ordem de compra.

Tauá - CE, 05 de julho de 2023.

Tarsis Cavalcante Mota
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos
ÓRGÃO GERENCIADOR

Francisca Jovelina de Lima Dias
Ordenadora de Despesas da Secretaria do
Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos,
Meio Ambiente e Sustentabilidade
ÓRGÃO PARTICIPANTE

Danilo Alves Gonçalves dos Reis
Ordenador de Despesas da Fundação Escola de
Gestão Pública e Qualificação de Pessoas;
Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas;
Fundação de Desenvolvimento Econômico e
Fomento às Atividades Produtivas Locais;
ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Márcia Maria Noronha Lima
Ordenadora de Despesas da Secretaria do
Trabalho, Desenvolvimento Econômico
Tecnológico, Científico e Empreendedorismo
ÓRGÃO PARTICIPANTE

Walisson Silva Gomes
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Cultura, Turismo e Lazer; Secretaria de Esportes;
Secretaria de Políticas da Mulher, Juventude,
Idoso, Drogas e Família
ÓRGÃOS PARTICIPANTES

José Elson Gomes Bezerra
Ordenador de Despesas da Superintendência
do Meio Ambiente
ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Alfredo Alves Bezerra
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Segurança Cidadã
ÓRGÃOS PARTICIPANTES

José Eronilson Alexandrino Souza
Ordenador de Despesas da Secretaria da
Educação
ÓRGÃO PARTICIPANTE

Adriano Lima Marinho
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos
ÓRGÃO PARTICIPANTE



ANEXO II
MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)

(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, em _____ de _____ de 2023.

(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO III
MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório n.º PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO), junto ao Município de Tauá, que a empresa inscrita no CNPJ sob o nº, não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18(dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16(dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14(quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

_____, em _____ de _____ de 2023.

(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO IV
MODELO - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO), instaurado por este Município, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2023.

(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO V
MODELO - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

(Razão Social e ou Nome) _____, CNPJ e ou CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____. Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, sob as penas da lei, ser microempresas, empresa de pequeno porte, MEI, nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

_____, em _____ de _____ de 2023.

(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI
DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA FINAL NEGOCIADA

1. São requisitos da proposta de preços NEGOCIADA:

- I - Ser preenchida, **preferencialmente**, através do Anexo VI.1 do presente Edital, por meio mecânico;
- II - Não apresentar emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade;
- III - Carta proposta comercial, contendo os **preços unitários e valor global com 02 (duas) casas decimais** após a vírgula (R\$ 0,00);
- IV - Conter identificação do licitante;
- V - Condições de pagamento: de acordo com o disposto neste Edital;
- VI - Prazo de entrega do objeto: de acordo com as normas previstas no Termo de Referência;
- VII - Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;
- VIII - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início do certame;
- IX - Conter a marca dos produtos cotados.

1.1.1. A omissão da indicação na proposta dos incisos "V", "VI" e "VIII" do item anterior, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Serão rejeitadas as propostas que:

- 1.2.1** Sejam incompletas, isto é, contenham informações insuficientes que não permitam a perfeita identificação dos produtos licitados.
- 1.2.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do pregoeiro.
- 1.2.3.** Contiverem marcas diferentes daquelas informadas no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

1.3. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.



ANEXO VI.1
MODELO - PROPOSTA DE PREÇOS (NEGOCIADA)

A empresa _____ com sede à _____ cidade _____ Estado _____ Telefone _____ CNPJ/MF _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____, propõe ao Município de Tauá o constante no objeto do **Edital de PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, conforme segue:

a) Considera como proposta, no valor total de R\$(valor por extenso):

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VR. UNIT	VR. TOTAL
1						

b) Condições de pagamento _____ (conforme edital).

c) O prazo de entrega é _____ (conforme previsto no edital).

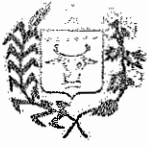
d) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da licitação.

e) Se vencedora da licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Sr. _____ portador da Carteira de Identidade RG n.º _____ e CPF n.º _____ residente à Rua _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ e-mail _____.

_____, em _____ de _____ de 2023.

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
Pregão Eletrônico nº _____
Processo nº _____

Aos __ dias do mês de _____ de 20__, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº _____, do respectivo resultado homologado, do Processo nº _____, que vai assinada pelo Ordenador de Despesas da _____, gestor(a) do Registro de Preços, e pelos demais órgãos participantes, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

- a) No Pregão Eletrônico nº _____
- b) Na Lei Federal n.º 8.666/1993, e suas alterações.
- c) Na Lei Federal nº 10.520/200.
- d) Na Lei Complementar nº 123/2006.
- e) Na Lei Complementar nº 147/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO E ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ/CE, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº _____, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº _____.

Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberá a **Secretaria de Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos** o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da publicação desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de registro de preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelos órgãos participantes.

Subcláusula Primeira – O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

Subcláusula Segunda- Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação



exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as seguintes obrigações e responsabilidades:

Subcláusula Primeira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- a) atender os pedidos efetuados pelo(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.
- b) fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do Sistema de Registro de Preços.
- c) responder no prazo de até 5 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).
- d) Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

Subcláusula Segunda - Caberá a contratada providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas das signatárias desta Ata, os quais estão relacionados no Mapa de Preços dos itens, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras aquisições, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata, poderão ser cancelados de pleno direito, nas seguintes situações:

- I. Utilização dos quantitativos registrados;
- II. Término do prazo de vigência da ata;
- III. Cancelamento do registro de preços;
- IV. Revogação por interesse público;
- V. Nulidade da licitação (vício insanável);

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO

As aquisições dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessados e o fornecedor.

Subcláusula Primeira - Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelos órgãos participantes, ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Subcláusula Segunda - Neste caso, o órgão participante comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Subcláusula Primeira - Quanto à entrega:

- a) O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do edital.
- b) Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24 (vinte e quatro) horas, antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não



serão considerados como inadimplemento contratual.

Subcláusula Segunda - Quanto ao recebimento:

- a) PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.
- b) DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

Os representantes do Órgão Gerenciador especialmente designados como **Fiscais do Contrato**, que deverão ser nomeados pelo Secretário da Pasta, serão os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços.

O Município de Tauá reserva-se ao direito de proceder à análise pelo corpo técnico da Secretaria Requisitante. Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto ou este não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto.

Constatando que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

Decorrido o prazo estipulado na notificação sem que tenha havido a solução do problema em relação às irregularidades apontadas, a secretaria solicitante dará ciência a Procuradoria Fiscal, a fim de que se proceda à abertura de processo administrativo em face da empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades cabíveis

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do(s) órgão(s) participante(s) e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação.

Subcláusula Primeira – A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

Subcláusula Segunda – Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Terceira – É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº _____.

Subcláusula Quarta – Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- b) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual.
- c) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS; e
- e) Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

[Handwritten signatures and initials]



Subcláusula Quinta – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Detentora do Registro de Preços ficará sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
 - a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
 - b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do(a) CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- II. Multas, que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo(a) Contratante:
 - a) de **1,0%** (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos ou indisponibilidade dos mesmos, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
 - b) de **2,0%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
 - c) de **5,0%** (cinco por cento) do valor total do contrato, pela recusa em substituir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Tauá, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Primeira - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III da Cláusula décima terceira supra e 05 (cinco) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** da mesma cláusula.

Subcláusula Segunda - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

Subcláusula Terceira- As sanções previstas nos **incisos III e IV da Cláusula décima terceira**, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas nos **incisos I, III e IV da cláusula décima terceira** poderão ser



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula Quinta - A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

Subcláusula Sexta - As sanções previstas na **subcláusula quinta** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

Fica eleito o foro do município de Tauá, do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

SIGNATÁRIOS:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	Assinatura
Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	Assinatura



MUNICÍPIO DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá



**ANEXO ÚNICO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS, QUANTITATIVOS, MARCAS E EMPRESA(S) FORNECEDORA(S)**

DATA: __/__/__

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº, celebrada entre o MUNICÍPIO DE TAUÁ e a(s) Empresa(s) cujos preços estão a seguir registrados, em face à realização do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º**

LICITANTE VENCEDOR: _____ * CNPJ N.º _____					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	VR. UNIT	VR. TOTAL
1					
VALOR GLOBAL R\$					

[Handwritten signatures and initials]



**ANEXO VIII
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Contrato nº ____ / 20__

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A

E (O) A EMPRESA

ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

A Secretaria de _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). _____, doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa _____, com endereço na Rua _____, N.º _____, bairro _____, em _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, representada por _____, CPF n.º _____, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato _____, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob a forma parcela, nos termos estabelecidos na Cláusula Nona do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

a. O valor contratual global importa na quantia de R\$ _____ (_____), sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	V. UNIT	V. GLOBAL
VALOR GLOBAL					

5.2. Caso o prazo exceda a 12(doze) meses, os preços contratuais serão reajustados utilizando a variação do índice econômico pertinente ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do(s) órgão(s) participante(s) e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de



habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- b) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual.
- c) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS.
- e) Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos do _____, sob a Dotação Orçamentária: _____, elementos de despesas nº _____.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de _____ (____) _____, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. Os prazos de vigência e de execução deste contrato, poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLAÚSULA NONA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

9.1. QUANTO À ENTREGA:

9.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue, de acordo com os prazos e as especificações do Termo de Referência, a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento ou instrumento hábil.

9.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24 (vinte e quatro) horas, antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.2. QUANTO AO RECEBIMENTO:

9.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

9.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

9.3. Os representantes do CONTRATANTE especialmente designados como **Fiscais do Contrato**, que deverão ser nomeados pelo Secretário da Pasta, serão os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato.

9.4. O Município de Tauá reserva-se ao direito de proceder à análise pelo corpo técnico da Secretaria Requisitante. Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto ou este não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto.

9.5. Constatando que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

9.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação sem que tenha havido a solução do problema em relação às irregularidades apontadas, a secretaria solicitante dará ciência a Procuradoria Fiscal, a fim de que se proceda à abertura de processo administrativo em face da empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades cabíveis

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução deste contrato.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução do contrato

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no prazo fixado pela CONTRATANTE, contado da sua notificação.

10.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração. 10.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

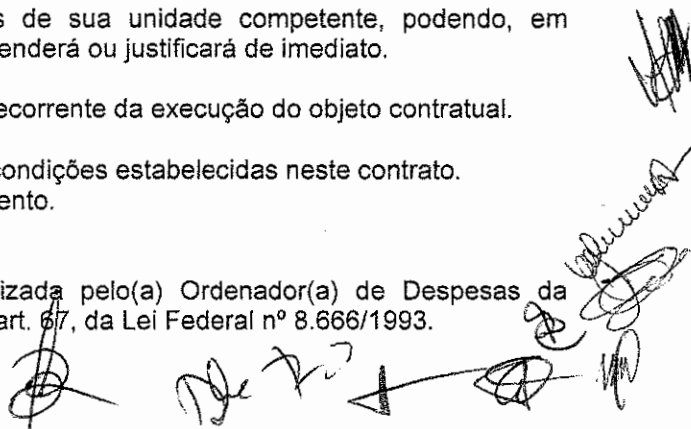
11.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

11.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da _____, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
 - a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
 - b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do(a) CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- II. Multas, que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo(a) Contratante:
 - a) de **1,0%** (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos ou indisponibilidade dos mesmos, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
 - b) de **2,0%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
 - c) de **5,0%** (cinco por cento) do valor total do contrato, pela recusa em substituir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Tauá, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do **item 13.1** supra e 05 (cinco) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.4. As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 13.1** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

13.5. As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 13.1** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.6. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.7. As sanções previstas no **item 13.6** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e

[Handwritten signatures and marks]



no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

15.1. Fica eleito o foro do município de Tauá, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Tauá-CE, de de 2023.

Ordenadora de Despesas da Secretaria de

CONTRATANTE

Nome do Representante da Empresa

Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:
CPF:

2. _____

Nome:
CPF: